PARADIGMAS SOCIAIS II

Raymond Boudon

IV — *Paradigmas de tipo tocqueviliano*

O segundo sub-tipo de paradigma interacionista caracteriza-se por uma interpretação *individualista* das ações (os indivíduos fazem as suas escolhas num contexto de estado de natureza) e por uma interpretação *social* dos sistemas de preferência. Convém lembrar que é esta segunda característica que marca efetivamente aquilo que denominei paradigmas de tipo tocqueviliano, distinguindo-se este tipo de paradigma do anterior pelo fato de os sistemas de preferência, e nomeadamente a *valorização* das alternativas da ação, serem nele analizados a partir de dados que caracterizaram, não os indivíduos, mas o sistema social a que pertencem.

Para começar, procuraremos justificar a denominação utilizada para designar este tipo de paradigma. Num outro contexto, seria interessante *demonstrar,* por meio de uma análise sistemática, que este paradigma é característico da obra de Tocqueville. Aqui apenas evocarei rapidamente um exemplo tirado de *L'Ancien Régime et la Révolution* e mostrarei que pertence realmente à classe de paradigmas que acaba de ser definida.

Consideremos para começar a maneira como Tocqueville explica por que, no fim do séc. XVIII, a agricultura capitalista e o comércio não se desenvolveram em França com o mesmo ritmo que em Inglaterra. A razão principal é, argumenta ele, que na França do Antigo Regime o elevado grau de centralização administrativa fazia que o Estado tivesse neste país mais prestígio do que na Inglaterra e que os cargos do Estado, os "ofícios", fossem mais procurados e mais numerosos. Consequentemente, quando um proprietário territorial tinha de escolher entre ficar nas suas terras procurando aumentar a sua produção ou adquirir um cargo real na cidade, em geral preferia a segunda eventualidade:

"Os ofícios no Antigo Regime nem sempre se assemelhavam aos nossos, mas, penso eu, havia ainda mais; o número dos pequenos ofícios quase não tinha fim. Só de 1693 a 1709 se calcula que foram criados quarenta mil, quase todos ao alcance dos pequenos burgueses (...) O empenho dos burgueses em ocupar estes cargos era realmente sem igual. Logo que um deles se sentia possuidor de um pequeno capital, em vez de o aplicar nos seus negócios, imediatamente o empregava para comprar um cargo. Esta miserável ambição prejudicou mais os progressos da agricultura e do comércio em França do que a execução da obra prima e a própria talha". (28)

Mas, como o lembra esta última frase, não se deve desprezar a atração das exonerações fiscais implicadas pela instalação na cidade: "Os burgueses reunidos nas cidades tinham mil maneiras de atenuar o peso da talha e muitas vezes de se subtrairem a ela completamente, o que não ocorreria se cada um deles tivesse permanecido no seu domínio (...) Esta é, digamo-lo a propósito, uma das razões que fizeram que a França possuisse mais cidades, e sobretudo pequenas cidades, do que a maior parte dos outros países da Europa". (29)

Estas são portanto, segundo Tocqueville, alguma das razões principais por que a agricultura capitalista não conheceu em França o desenvolvimento que teve na Inglaterra.

Esta análise contitui um bom exemplo do modo como Tocqueville raciocina em geral: o comportamento dos indivíduos não é regido por normas transcendentes. Não é o produto das estruturas sociais. Não resulta da influência do ambiente. Na verdade, os atores sociais são descritos como procurando servir melhor os seus interesses num contexto social dado. A combinação destas *escolhas* individuais produz então efeitos macrosociológicos (subdesenvolvimento do comércio e da agricultura), eles mesmos explicáveis pelas estruturas de interação criadas pelo contexto social. Mais exatamente, a análise contém quatro aspectos essenciais. De um lado, Tocqueville indica claramente os fenômenos *macrosociais* que deseja explicar, por exemplo, a diferença entre a França e a Inglaterra quanto à distribuição da dimensão das cidades ou a diferença entre os dois países quanto ao desenvolvimento da agricultura. Por outro lado, concebe estes fenômenos macrosociais como tendo o estatuto de efeitos de composição de ações elementares. Em terceiro lugar, estas ações são concebidas como obedecendo essencialmente à lógica do interesse in-

---

(28) — Alexis de Tocqueville, *L' Ancien Régime et la Révolution*, Paris, Edições Gallimard, coleção Idées, 1962, p.171.

(29) — Ibid., pp. 169-170.

dividual. Em quarto lugar, os *valores* que os indivíduos atribuem às alternativas que lhes são oferecidas dependem de dados relativos ao sistema social no qual estão inseridos.

Não há dúvida de que o modelo do *homo sociologicus* que serve de pano de fundo às análises de Tocqueville é mais complexo do que aquele que encontramos nos exemplos da secção anterior. Com Tocqueville, a hierarquização dos objetivos que um indivíduo possui não é, como na tradição da filosofia política do séc. XVIII, considerada um dado cuja explicação seja inútil ou desinteressante. Não obedece ao princípio do que Parsons chama o caráter aleatório dos fins ("randomness of ends"). (30) Pelo contrário, é a estrutura social que contribui para determiar essa hierarquia. Assim os efeitos históricos da centralização administrativa e das instituições fiscais incitam o proprietário territorial francês a desprezar as suas terras. Mas, longe de ser o resultado de determinações externas ou a manifestação de um determinismo qualquer, a decisão pela qual o proprietário deixa as suas terras é o produto de uma livre escolha cuja lógica é, grosso modo, a do cálculo unitário. Em resumo, pode-se dizer que, para Tocqueville, a hierarquia dos valores atribuidos aos objetivos possíveis não é, como na tradição clássica, o produto da natureza humana ou de gostos individuais acerca dos quais se torna inútil discutir, mas o das estruturas sociais: sem a centralização administrativa, os cargos do Estado não teriam sido tão numerosos. Além disso não teriam tido o mesmo prestígio nem consequentemente o mesmo *valor* na França do Antigo Regime. O mesmo tipo de esquema aparece nas penetrantes análises da estratificação social desenvolvidas em *De la démocratie en Amérique* sem os mecanismos de competição introduzidos pelo desenvolvimento das sociedades industriais, as pequenas vantagens de status não teriam o mesmo valor e não seriam tão procuradas.

---

(30) — Ver François Bourricaud, *Le Paradigme de Parsons*, op. cit. A no ção de pretensa "Randomness of Ends", principal objeção dirigida por Parsons ao utilitarismo em sentido lato, não é uma transparência perfeita. Os dois casos de figura a distinguir correspondem não ao par fins aleatórios/fins não aleatórios, mas ao par fins=variáveis independentes/fins=variáveis dependentes. Em *Human Action* (New Haven, Yale University Press, 1966, p. 124), Ludwig von Mises acentua bem que as preferências são tratadas pela economia clássica como *a priori*: a convexidade das curvas de indiferença não deriva da observação, mas deduz-se analiticamente da noção de preferência. É dificil compreender por que razão Parsons aplica o conceito de "randomness" às situações em que as preferências, podendo ser determinadas analiticamente, assumem o estado de variáveis independentes. Compreende-se com mais dificuldade ainda por que razões o domínio da sociologia deveria limitar-se, como o pretende *The Structure of Social Action*, às situações em que as preferências têm a estatuto de variáveis dependentes.

Deste modo o nosso honesto cidadão branco apoia vigorosamente a política que exclui os negros dos sindicatos. Aparentemente os seus pontos de vista assentam, não numa prevenção, mas nos fatos 'duros e crus'. E os fatos parecem suficientemente claros. Os negros, chegados recentemente de um Sul ainda não industrializado, ignoram a disciplina tradicional dos sindicatos, assim como a arte das convenções coletivas. O negro é um fura-greves. O negro, 'com o seu nível de vida inferior', aceita sem discussão salários muito baixos. Numa palavra, o negro é um 'traidor da classe operária', e portanto deve ser excluido dos sindicatos. Eis como o nosso sindicalista tolerante, mas teimoso, vê o fatos, e isso porque não compreende que a predição criadora é um dos processos de base da sociedade.

O nosso sindicalista não se dá conta, evidentemente, de que ele e os seus criaram os "fatos" que observa. Pois definindo a situação (os negros estão em oposição irredutível ao princípio do sindicalismo) e excluindo os negros dos sindicatos, provocam uma série de consequências que tornam difícil, senão impossível, a muitos negros não serem 'amarelos'. Sem trabalho da primeira guerra mundial e rejeitados dos sindicatos, milhares de negros não puderam resistir aos patrões que, incomodados pela greve, insistiam em lhes abrir a porta desse mundo do trabalho do qual estavam excluidos.

A história verifica pelos seus próprios testes a teoria da predição criadora. Os fatos mostraram que os negros eram fura-greves porque eram excluidos dos sindicatos (e de toda uma série de trabalhos), e não o contrário: na verdade nunca desempenharam o papel de 'amarelos' nas indústrias que, nestes últimos tempos, os admitiram nos seus sindicatos.

A aplicação do teorema de Thomas ensina-nos também de que modo pode ser quebrado o círculo vicioso, e por vezes trágico, das profecias criadoras. Para isso é preciso por em questão o postulado original e partir de uma nova definição da situação. Só então os eventos provarão que o postulado é errôneo e a crença deixará de gerar a realidade."(34)

"É-nos fornecido um outro índice pelo nosso exemplo da hostilidade reinante entre os sindicalistas em relação aos negros furagreves, introduzidos na indústria pelos patrões no fim da primeira guerra mundial. Os negros, a partir do momento em que deixaram de ser definidos como inaptos para entrar no sindicato, viram dian-

---

(34) — Robert K. Merton, (tradução francesa de Henri Mendras, op. cit., pp. 144-145).

te de si mercados de trabalho mais amplos e deixaram de ter de entrar na indústria por aquela porta do cavalo que o medo das greves lhes tinha aberto. Novamente uma mudança institucional adequada fez romper o círculo trágico da profecia criadora. Uma mudança social deliberada mostrou que era falso julgar que 'é simplesmente contra a natureza dos negros' aderir a um sindicato."(35)

Resumindo a análise, vemos que, aos dois períodos a que Merton se refere nestas duas citações (anos subsequentes à primeira guerra mundial, anos subsequentes ao *New Deal*), correspondem duas *estruturas de interação*. No primeiro caso, temos o esquema seguinte: os brancos "constatam" que os negros são fura-greves e de boa fé tendem a exclui-los dos sindicatos. Isto resulta do fato de que diferentes elementos da estrutura social americana nos anos que se seguem à primeira guerra mundial (condições econômicas dos negros, subemprego, etc...) colocam os negros numa situação tal que muitos deles conseguem encontrar um emprego se se comportarem como fura-greves. Por um lado, os empregadores ficam muitas vezes felizes por recorrer a fura-greves. Por outro lado os sindicatos, ao excluirem os negros, reduzem a probalidade de estes poderem encontrar outros empregos além daqueles que os grevistas "criam". Deste modo, a lógica da sua situação conduz muitos negros a comportarem-se como fura-greves. Exatamente como a lógica da sua situação conduzia os negociantes franceses descritos por Tocqueville a comportarem-se de maneira piferente dos seus homólogos britânicos. Depois do *New Deal,* a situação modifica-se: os brancos já não excluem os negros dos sindicatos. A lógica da situação dos negros encontra-se deste modo radicalmente mudada: eles justificam a confiança dos brancos exatamente como, no período anterior, justificaram a sua desconfiança.

Nesta análise, o fenômeno macrosocial que Merton procura explicar (a não admissão dos negros nos sindicatos) é concebido como um efeito de composição. Os atores em presença (negros, sindicalistas brancos) seguem as seus respectivos interesses, pelo menos tal como os percebem. O interesse do negro que procura emprego é encontrar um emprego. O do sindicalista branco consiste em não admitir os fura-greves. Quando do *New Deal,* a estrutura da interação se modifica, os negros podem encontrar um emprego sem se comportarem como fura-greves. A mudança na estrutura da interação explica a mudança observada ao nível dos comportamentos individuais.

2) O meu segundo exemplo de utilização do paradigma tocqueviliano é tirado de um estudo recente de sociologia da educação feito

---

(35) — Ibid., p.160.

por um economista, Louis Lévy-Garboua. (36) O fenômeno macrosocial a explicar era o seguinte: apesar da baixa visível no *médio,* e mesmo *curto* termo, do valor social (medido pelo nível socio-econômico dos empregos a que chegam em média os estudantes) dos diplomas universitários, não se assiste em França a uma queda do número das entradas para a universidade. Por que?

Para reponder a esta questão, Lévy-Garboua introduz a hipótese de um efeito de composição de ações individuais obedecendo à lógica do interesse: os diplomados do sistema secundário continuam a inscrever-se na universidade porque vêem vantagem nisso. Apesar da desvalorização social dos diplomas universitários, o nível das remunerações sociais continua em média dependendo do nível escolar: existe uma correlação estatística entre as duas variáveis. Consequentemente, um secundarista tem interesse em se inscrever na Universidade. Mas, por outro lado, a lógica da situação a que se encontra exposto o estudante mudou entre, digamos, 1960 e 1975 no sentido de que a vantagem diferencial que em média ele pode esperar retirar mais tarde da sua permanência na universidade diminuiu de importância. A hipótese de Lévy-Garboua é então que, a fim de se ajustar a essa nova situação, o estudante aproveita a latitude que as instituições lhe deixam para manipular *custos* de natureza variada implicados na obtenção de um diploma universitário. Este ajustamento é obtido por uma redistribuição do orçamento-tempo: o estudante reduz o tempo gasto no estudo e na preparação dos exames universitários essencialmente em favor do tempo gasto em trabalho remunerado, compensando deste modo por benefícios monetários imediatos, mas talvez também por uma atenuação da sua situação de marginalidade social, o deficit que de outro modo lhe traria a desvalorização da vantagem diferencial dada pelo diploma universitário. Naturalmente um efeito de composição complementar resulta do fato de que cada estudante em particular tem vantagem em adotar esta modificação de comportamento em relação aos mais velhos, a saber, os estudantes tendem a ser muito mais frequentemente estudantes de tempo parcial. Este efeito de composição não está evidentemente desprovido de incidência sobre o funcionamento do sistema universitário no seu conjunto.

3) O meu terceiro exemplo situa-se no prolongamento do segundo. Deriva de um estudo em curso sobre os intelectuais franceses. Um dos fenômenos macrosociais encontrados neste estudo é a

---

(36) — Louis Lévy-Garboua, "Les demandes de l'étudiant ou les contradictions de l'Université de masse", in *Revue française de Sociologie,* XVII, nº 1, janeiro-março de 1976, pp.53-80.

sentido literário do termo substitui-se então à novação de tipo científico, o ideal de uma escritura universalista e impessoal é abandonada em proveito de uma busca de estilo; a *intuição,* concebida como mais ou menos inexprimível, substitui-se à *análise,* o saber absoluto no sentido de Hegel à finitude do conhecimento científico.

Este exemplo tem a vantagem de mostrar que o paradigma tocqueviliano pode ser utilizado em domínios extremamente diferentes, incluindo a sociologia dita "do conhecimento". O fato de que as estruturas institucionais possam induzir, para usarmos a linguagem de Shils (39), uma ética *romântica* ou *cientista,* a frequência do "efeito McLuhan" e outros fenômenos macrosociais que caracterizam a vida intelectual, podem, como procurei mostrar, ser interpretados como efeitos de composição. Os atores buscam o seu interesse individual. A valorização das possibilidades de escolha que se abrem diante deles e, de uma forma mais geral, a estruturação dos sistemas de preferências depende de dados que caracterizam enquanto tal o sistema social no qual estes atores estão inseridos. Estamos na verdade perante um caso de paradigma de tipo tocqueviliano.

V — *Paradigmas de tipo mertoniano*

Os paradigmas estudados nas duas precedentes secções apresentam, convém lembrar, uma característica comum: consideram os fenômenos macrosociais que analisam como resultantes da composição de escolha e, mais geralmente, de ações individuais que se manifestam num contexto qualificado acima como um contexto de "estado de natureza". Os negros na análise de Merton, os estudantes na de Lévy-Garboua, os intelectuais na nossa própria análise, agem e podem agir sem levar em consideração os efeitos de suas ações sobre outrem. Não é depois de um acordo entre si que os negros, nos anos subsequentes à primeira guerra, servem os interesses dos empregadores. Não é depois de um debate que certos intelectuais franceses seguem em conjunto uma ética profissional de tipo romântico. Não é depois de um entendimento que os estudantes escolhem modificar a estrutura do seu orçamento-tempo e substituir as atividades escolares por atividades remuneradas.

Os exemplos precedentes são suficientes para mostrar que o contexto do estado de natureza é importante, não apenas para a economia, mas de maneira indubitável para a sociologia. James Buchanan de-

---

(39) — Edward Shils, "The Intelectual and the Powers", in Ph. Rieff (sob a direção de) *On Intellectuals,* Nova Iorque, Doubleday, 1969.

finiu a economia como a ciência dos mercados (*the science of markets*). (40) Façamos a tradução: como a ciência das estruturas de interdependência caracterizadas pelo fato de que cada indivíduo busca livremente o seu interesse individual. Duvido de que tal definição seja mais do que uma visão ideal e coincida com os limites efetivos da economia. Mas neste ponto remeto para os economistas. O que em contrapartida me parece certo é que a sociologia encontra frequentemente pelo seu lado situações em que os fenômenos macrosociais por ela estudados são o resultado da composição de ações que se manifestam num contexto de "estado de natureza", isto é, num contexto em que cada indivíduo é colocado pelas instituições numa situação tal que pode determinar-se independentemente de qualquer entendimento com outrem e de qualquer aprovação da parte de outrem e, mais ainda, sem correr o risco de sanção (moral ou legal) para os efeitos que as suas ações poderiam acarretar sobre o bem-estar de outrem.

Deste modo parece-me essencial, para abarcar a multiplicidade dos paradigmas sociológicos, distinguir entre as ações que aparecem num contexto de estado de natureza e as ações que aparecem num contextos de contrato. Os engarrafamentos de trânsito ou ideológicos constituem sistemas de interação. Há engarrafamento porque *n* pessoas se encontram num mesmo ponto. Mas o fato de que estas *n* pessoas se encontram no mesmo ponto resulta da justaposição convergente de *n* decisões efetuadas em cada caso sem consideração do efeito destas decisões sobre outrem. Pelo contrário, quando um conselho de administração se reune, encontramo-nos perante um sistema de interação em que *n* pessoas se encontram depois de terem entrado em acordo sobre o momento, o local e o objeto do encontro. Neste último caso, o sistema de interação não pode ser analisado sem recorrer a uma noção como a de papel, que no primeiro caso é pouco útil. (41)

Uma segunda proposição essencial é que os dois típos de contexto interessam ao sociólogo. Parece-me portanto excluida a definição da teoria sociológica a partir de conceitos que, como o de papel, implicam que nos situemos no segundo tipo de contexto. Apesar da

---

(40) — James Buchanan, *The Limits of Liberty*, Chicago, The University of Chicago Press 1975.

(41) — Deve-se notar contudo que um sistema de interação caracterizado por um contexto de estado de natureza não implica a ausência de papéis. Estes são então apenas não pertinentes para a análise. Deste modo, uma troca comercial simples pressupõe uma distinção entre os papéis de vendedor e de comprador, uma definição das normas e expectativas que correspondem a estes papéis, etc. Mas esta estrutura dos papéis é normalmente ignorada, quando se analisa o funcionamento do mercado no seu conjunto.

importância da teoria dos papéis, não me parece possível considerá-la como a base de uma teoria sociológica geral.

Decidi qualificar de mertonianos (poder-se-iam também chamar parsonianos) os paradigmas dotados das seguintes características: 1) as ações individuais estudadas são concebidas como manifestando-se num contexto de contrato; 2) estas ações obedecem, como no caso precedente, ao princípio da busca do interesse individual; 3) a estruturação das preferências pode, pelo seu lado, ser considerada como dada ou pelo contrário como a explicar.

Embora Merton tenha sido talvez o sociólogo que mais frequentemente utilizou e mais claramente codificou este tipo de paradigma, importa notar que ele foi levado, em muitos casos, a utilizar outros tipos de paradigmas, como se viu pelos exemplos da secção anterior.

Dado que este tipo de paradigmas é por todos considerado como pertencendo tradicionalmente à órbita da sociologia, serei mais breve do que nos casos anteriores .

Como vimos, o conceito de "papel" é central neste tipo de paradigma. Indica que certas estruturas de interação só são inteligíveis em função de compromissos, mais ou menos claramente formaliza-, dos, que os atores assumiram uns perante os outros. Assim, o fato de o Sr. Dupont estar presentemente ocupado com a exposição, perante um grupo de adolescentes, de considerações sobre a composição da água só é uma ação compreensível se soubermos que o Sr. Dupont é professor, que o seu "papel" consiste em distribuir conhecimentos referentes a um domínio determinado (a química), a um público determinado (seus alunos), segundo certas modalidades, algumas das quais lhe foram eventualmente impostas (por exemplo, o programa), enquanto outras foram eventualmente debatidas com as partes interessadas, ou foram adotadas porque lhe pareceram convenientes (por exemplo, um estilo mais ou menos autoritário).

Um ponto fundamental da teoria dos papéis, especialmente bem formulado por Merton, é que efeitos de composição inesperados podem aparecer em todas as estruturas de interação, quer estas sejam caracterizadas por um contexto de "contrato" ou de "estado de natureza". Estes efeitos de composição resultam geralmente, como acentuou Merton, de três características fundamentais. Em primeiro lugar, os "papéis" sociais raramente são definidos de maneira suficientemente estrita de modo a não dar lugar a uma margem de interpretação por parte do ator. Esta margem de interpretação pode ser em certos casos suficiente para afetar a estrutura de interação no seu conjunto. Por outro lado, um indivíduo X está geralmente implicado

com finalidades puramente didáticas. Mas pode ser interpretado, creio eu, como sugerindo uma interpretação interessante de uma das causas da crise universitária americana dos anos sessenta.

Consideremos o "role-set " associado ao status de professor universitário nos Estados Unidos. Este "role-set" comporta numerosos elementos. O professor é um "docente". É também um "pesquisador". Estes dois papéis implicam uma quantidade de relações: relações com os estudantes, com a administração, com a comunidade científica e com as diversas instuições pelas quais esta se exprime (revistas científicas, associações profissionais regionais, nacionais e internacionais), com instituições financiadoras de pesquisa, com jornalistas e muitas outras instituições e pessoas.

Uma das reivindicações principais dos estudantes no decorrer da crise universitária dos anos 60 visava fazer voltar o corpo docente da pesquisa para o ensino. Os estudantes censuraram asperamente os professores por só manifestarem um interesse restrito pelo ensino propriamente dito e por concentrarem o essencial da sua energia e do seu tempo à pesquisa.

Este fenômeno macrosocial explica-se facilmente, como o sugerem as observações de Blau, por aplicação das noções mertonianas. Os estudantes contestatários dos anos 60 apareciam, como o mostram as pesquisas sociológicas, entre os estudantes das universidades consideradas melhores. (44) Ora estas universidades são também as que possuem o maior número de vedetes científicas. Os estudantes tinham sem dúvida razão quando se queixavam da negligência dos seus professores em relação às tarefas do ensino. Mas, por outro lado, a interpretação que os professores apresentavam do seu papel não estava desprovida de fundamento: as atividades de pesquisa, quando chegam a resultados notáveis, têm chance de ser reconhecidas ao nível de instâncias científicas nacionais ou internacionais. Em contrapartida, é muito difícil a um professor, mesmo excepcionalmente qualificado do ponto de vista pedagógico, fazer reconhecer a sua competência fora do estreito círculo do seu público e, quando muito, da instituição a que pertence. Por outro lado, a qualidade dos trabalhos de pesquisa é um critério que domina largamente a competência pedagógica no mercado dos talentos. De um lado porque é mais facil uma *avaliação* "objetiva" no primeiro caso. De outro porque só os trabalhos de pesquisa podem trazer uma notoriedade fora da institui-

---

(44) — Seymour Martin Lipset, "Academia and Politics in America", Th. Nossiter (red.) *Imagination and Precision in the Social Sciences*, Londres, Faber & Faber, 1972.

ção a que pertence um professor. Deste modo, as melhores universidades têm tendência a atrair os melhores professores. Mas a definição social de *qualidade* reduz-se no essencial, pela própria estrutura dos papéis em causa, à qualidade dos trabalhos de pesquisas. Consequentemente, as melhores universidades são aquelas em que os docentes, sendo brilhantes pesquisadores, têm a tendência a reduzir ao mínimo a importância atribuida às suas tarefas docentes, e a dificilmente se identificarem com a universidade a que pertencem. A lógica dos papéis quer portanto que, nas grandes universidades, um sentimento de identificação acentuado apareça sobretudo entre os docentes menos conhecidos pelos seus trabalhos: pertencendo a uma instituição prestigiosa mas sendo pouco visíveis por si próprios, tendem a insistir nos aspectos do seu papel diretamente ligados a essa instituição. Mas o mais interessante é que o prestígio da instituição é devido aqueles que têm todas as razões, em consequência da interpretação oposta que podem dar dos seus papéis, para manifestar um fraco grau de dedicação a seu respeito. Nas universidades de menos prestígio, deve-se segundo esta teoria, observar uma variação menor do sentimento de dedicação em relação à instituição e, afinal de contas, talvez tensões menores dentro do corpo docente, entre o corpo docente e a administração, assim como entre o corpo docente e os estudantes. Eis por que as universidades mais criticadas e as mais atingida pela contestação dos anos 60 eram em geral as melhores.

2) O meu segundo exemplo é igualmente tirado da sociologia da educação. Retoma, em outra direção, uma análise que apresentei sobre as razões do mau funcionamento da universidade francesa desde 1968. Limitar-me-ei portanto a evocá-la muito rapidamente. (45)

Estudos convergentes mostram que, apesar dos esforços empregados para controlar indiretamente a procura de educação ao nivel do ensino superior, esta permanente inflacionária até aos últimos anos. Uma consequência da diminuição das esperanças sociais ligadas ao diploma universitário que daí resulta é, como vimos, os estudantes dispenderem menos tempo com a preparação destes diplomas. Consequentemente, os "docentes" são também levados a eles próprios reajustarem a interpretação do seu papel. Deste modo, o modelo germano-americano de seminário de pesquisa torna-se, no caso de numerosas disciplinas, um modelo inaplicável. Em contrapartida, aparecem como mais adequadas formas de interação docentes-discentes que implicam, da parte destes últimos, um fraco investimento fora dos momentos em que esta interação tem lugar. Eis por que se pode ver, uma vez acalmadas as paixões de 1968, uma procura, da parte dos

(45) — Cf. Capítulo V abaixo.

estudantes, de um certo retorno da aula magistral, tão criticada em 1968, mas que tem a vantagem de constituir uma solução *minimizando* o tempo consagrado ao estudo. A outra solução, herdada de 1968, é a de sessões de debate nas quais o docente desempenha um papel de "animador cultural", mesmo que estas sessões tenham o título de seminários de pesquisa. A *contradição* entre os dois termos desta dupla procura não é, portanto, senão aparente: seminários que dão um lugar grande à espontaneidade de cada um e cursos magistrais dentro da grande tradição são as duas *soluções* possíveis do mesmo problema, o do reajuste da interação docente-discente às peias estruturais que pesam sobre o estudante.

Poder-se-ia multiplicar infinitamente os exemplos. A sociologia das organizações faz naturalmente grande uso dos paradigmas de tipo mertoniano. Entre os exemplos recentes pertencentes a este domínio de pesquisa, podemos citar a obra de Suleiman sobre a alta administração francesa que contém brilhantes análises do funcionamento da administração francesa servindo-se da teoria dos papéis. (46) Encontramos aí ilustrações quase exemplares das contradições a que pode conduzir a complexidade dos *role-sets*. A este respeito limitar-me-ei a mencionar a análise apresentada por Suleiman da complexidade dos papéis pela justaposição de gabinetes ministeriais nas direções administrativas dos ministérios.

VI — *Paradigmas de tipo weberiano-bernsteiniano*

A característica essencial deste tipo de paradigma consiste em introduzir a hipótese de que certos elementos das ações (estruturação dos sistemas de preferência, escolha dos meios, etc.) são afetados por elementos anteriores às ações. Deste modo, para explicar a estrutura das compras da sra. Dupont pode ser necessário saber que ela já teve ocasião de se servir de um objeto e de se iniciar no seu emprego. Por esta razão (elemento cognitivo), ou porque ele está associado a recordações agradáveis (elemento afetivo), ela o preferirá talvez a um produto comparável pelo preço e substituivel pelo uso. *Na realidade*, não existe ação que não seja afetada por este tipo de elemento, quanto mais não seja porque toda ação pressupõe o agenceamento de elementos cognitivos que implicam, por sua vez, um aprendizado anterior à ação. Mas, em numerosos casos, como o mostram os exemplos precedentes, é inútil levar efetivamente em

---

(6) — Ezra Suleiman, *Politics, Power and Bureaucraty in France*, Princeton, Princeton University Press, 1974. Tradução francesa parcial, *Les haut-fonctionnaires et la politique*, Paris, Seuil, 1976.

conta estes elementos, ou porque são de natureza trivial, como os elementos cognitivos utilizados em toda ação, ou porque não afetam o esquema explicativo. Deve-se contudo reconhecer que as distinções são por vezes difíceis. Deste modo, na análise apresentada por Merton do círculo vicioso do desemprego entre os negros depois da primeira guerra mundia, é indispensável a *crença* dos brancos na inaptidão dos negros para darem mostras de lealdade sindical (elemento cognitivo). Mas, neste caso, a *crença* só persiste porque é reforçada pelos efeitos a que dá lugar. É explicada pelo sistema de interação ao mesmo tempo que constitui nele um elemento explicativo essencial. Eis por que preferimos classificar este tipo de exemplo na família precedente.

Em outros casos, alguns elementos são ao mesmo tempo indiscutivelmente *anteriores* à ação *não triviais e indispensáveis à análise*. Quando estas condições se reunem, estamos perante o que chamo um paradigma de tipo *weberiano-bernsteiniano*.

Um exemplo de utilização deste tipo de paradigma é fornecido pelos estudos de Bernstein sobre a relação entre sucesso escolar e origens sociais. A sua hipótese inicial é que as relações intrafamiliares apresentam modalidades muito diferentes em função da classe em que se insere a familia. Deste modo, quando a mãe deseja provocar uma mudança de opção por parte da criança, utiliza mais a *ordem* na classe interiores e a *persuasão* na classe superior. Mas ordem e persuasão são modalidades relacionais associadas a técnicas linguísticas e mais geralmente a técnicas de comunicação de complexidade variável e, bem entendido, maior no segundo caso. A mãe que quer evitar recorrer à ordem deve esforçar-se por apresentar à criança um quadro mais ou menos elíptico das consequências a que ela se expõe escolhendo O_1 e O_2. Tem de a levar a acreditar na sua própria neutralidade em relação às opções, ou,se quiser dar a entender que uma das opções lhe é desagradável, indicar que esta *externalidade* pertence a um conjunto mais geral. (47)

A hipótese central de Bernstein é então que as diferenças relacionais acarretam diferenças cognitivas não diretamente procuradas. Utilizando uma estratégia de *persuasão,* a mãe de classe superior inicia ao mesmo tempo a criança em técnicas que o sistema escolar pelo seu lado lhe ensinará e cujo aprendizado ela assim fará mais facilmente. Ao esboçar o quadro das consequências respectivas de O_1 e O_2, introdu-la nas técnicas de classificação utilizadas na análise gra-

(47) — Como se vê, este tipo de paradigmas aproxima-se das análises que se encontram, por exemplo, na literatura romanesca. Ver Proust.

logo chegar ao dianóstico de *irracionalidade* por comparação entre o seu próprio sistema de preferências e o dos individuos que observa. Tal comparação é evidentemente ilegítima: a noção de um *interesse objetivo* do sujeito é uma noção de tipo normativo. Não pode portanto ter lugar senão no contexto eventual de uma sociologia normativa.

VIII — Paradigmas deterministas: da sociologia ao sociologismo

Abordamos agora o problema de paradigmas deterministas. Como lembramos, opusemos no início deste artigo as duas grandes famílias de paradigmas: os paradigmas *interacionistas*, amplamente analisados nas secções precedentes, e os paradigmas *deterministas*. Recordemos que por paradigmas deterministas entendemos os paradigmas que interpretam um comportamento observado da parte dum sujeito social exclusivamente a partir de elementos anteriores ao comportamento em questão. Os paradigmas deterministas, por outras palavras, encaram todos os *atos* como *comportamentos*: a finalidade atribuida pelo sujeito às suas ações é considerada neste tipo de paradigmas ou como secundária e não possuindo nenhuma virtude explicativa, ou como falsa (no sentido em que se fala de *falsa* consciência). Lembremos igualmente que por determinismo não entendemos o determinismo estrito. Por outras palavras, as proposições emitidas na linguagem dos paradigmas *deterministas* são da forma "A (anterior a B) explica B". No caso do determinismo estrito estas proposições assumem formas particulares: "A (anterior a B) condição necessária de B", "A (anterior a B) condição suficiente de B", "A (anterior a B) condição necessária e suficiente de B". Mas aqui só encaramos o caso geral. No caso geral, a palavra "explica" na proposição "A (anterior a B) explica B" pode ou assumir uma das três significações correspondentes a uma situação de determinismo estrito, ou assumir o seu sentido estatístico. A proposição é então equivalente a "a variância de A (anterior a B) contribui para *explicar* a variância de B". No caso em que A e B são atributos dicotômicos, a proposição pode igualmente traduzir-se "Se o atributo A é observado então o atributo B é (mais frequentemente) observado".

---

teresse e preferência no caso dos bens coletivos: mesmo se o desenvolvimento da investigação científica é do interesse de cada um, poucas pessoas consentiriam voluntariamente em financiá-la. Izoulet vê claramente que, em certos casos, os indivíduos agem contra o seu interesse, não em consequência de uma falsa representação da relação meios-fins, mas, por assim dizer, de maneira racional e razoável. Em linguagem moderna, as estruturas em equilíbrio deficiente explicam que em certos casos os indivíduos, ao seguirem as suas preferências, agem contra o seu interesse.

(53) Do ponto de vista que aqui nos ocupa, não importa distinguir entre essas diferentes significações possíveis. De uma maneira muito geral, definiremos portanto os paradigmas detetministas a partir da constrição linguística seguinte: os paradigmas deterministas são aqueles que empregam exclusivamente proposições da forma "A (anterior a B) explica B" num dos quatro sentidos possíveis da palavra "explica".

Reservarei aos paradigmas deterministas uma única secção. A razão desta assimetria de tratamento em benefício dos paradigmas interacionistas justifica-se pela tese que procurarei defender, a saber que os paradigmas deterministas, apesar da frequência com que são utilizados, ou têm interesse essencialmente *descritivo* (tornarei mais precisa adiante a significação da palavra), ou representam *reduções* que apresentam um interesse científico restrito de certos tipos de paradigmas interacionistas.

Podemos distinguir com utilidade três tipos de paradigmas deterministas reducionistas. Abordarei rapidamente a descrição destes paradigmas antes de introduzir algumas observações sobre a única forma legítima que podem, na minha opinião, assumir os paradigmas deterministas. Os três tipos de paradigmas deterministas que é útil, creio, distinguir em razão da frequência da sua aparição na literatura sociológica podem ser chamados *hiperfuncionalismo*, *hiperculturalismo* e *realismo totalitário*. Passaremos rapidamente em revista os três casos.

a) Paradigmas hiperfuncionalistas

Representam uma redução dos paradigmas de tipo mertoniano. Essa classe de paradigma pertence, como estamos lembrados, à classe dos paradigmas interacionistas. Diz respeito às estruturas de interação caracterizadas por um contexto de "contrato". Neste caso os conceitos de *papel* e seus correlatos, os conceitos de *norma* e de *valor,* são essenciais à análise: são indispensáveis à descrição dos atos individuais e dos sistemas de espectativas recíprocas que presidem às situações de interação. Lembremos mais uma vez o exemplo do Sr. Dupont explicando a decomposição da água a um grupo de adolescentes. O seu comportamento só pode ser comprendido se soubermos que ele é um professor de química. Como vimos, os paradigmas de tipo mertoniano consideram os *papéis* como guias da ação. Mas estes guias apresentam sempre uma margem de indeterminação.

---

(53) — Ver, sobre este assunto, Herbert Simon "On the Definition of the Causal Relation", in *Models of Man*, Nova Iorque, Wiley, 1957.

Latitude de interpretação, complexidade dos *status-sets* e dos *role-sets* são três elementos que bastam para explicar que os contratos implícitos representando os "papéis" sejam insuficientes para *determinar* o comportamento dos indivíduos. A este ponto essencial, é preciso acrescentar um outro. A saber, que os funcionalistas (se admitirmos designar por este nome aqueles que utilizam de maneira privilegiada paradigmas de tipo mertoniano) são conscientes do fato de que, no conjunto das *ações* observadas da parte de um indivíduo, só algumas e não todas são passíveis de uma análise em termos de papéis. Deste modo, o Sr. X, *hic et nunc,* trata de química perante um grupo de adolescentes *porque é* professor de química. Mas quando, um momento depois, o mesmo Sr. X, hesitando entre a leitura e um passeio, escolhe o passeio, a teoria dos papéis será incapaz de nos fornecer a razão disso. No caso das ações que aparecem num contexto de "estado de natureza" a teoria dos papéis é inútil.

Os paradigmas *hiperfuncionalistas são* aqueles que, inspirando-se em paradigmas interacionistas de tipo mertoniano, abolem pura e simplesmente as quatro distinções essenciais que acabo de recordar. Por outras palavras, o hiperfuncionalismo pode ser caracterizado pelos axiomas seguintes:

1) Toda ação aparece num contexto de "contrato" (por outras palavras, nenhuma ação aparece num contexto de "estado de natureza").

2) Os *role-sets* e os *status-sets* são compostos de elementos complementares não contraditórios.

3) A latitude de intepretação associada aos elementos dos *role-sets* e dos *status-sets* ou é nula ou de interesse reduzido.

O primeiro axioma rejeita distinções elementares. Consideremos o caso de um professor que escolhe dividir igualmente o seu tempo entre o ensino e a pesquisa. Esta escolha pode explicar-se pela teoria dos papéis. Ou então tomemos o caso do dentista que se abstém de responder ao paciente que lhe pergunta qual é a melhor marca de pasta de dentes. Este comportamento pode ainda explicar-se pela teoria dos papéis. Mas é absurdo utilizar a teoria dos papéis para explicar por que um jovem decide tentar tornar-se professor ou dentista, ou por que o Sr. X decide esta tarde ir ao cinema ver um determinado filme. Esta distinção fundamental desaparece inteiramente nas teorias hiperfuncionalistas que fazem por exemplo da escolha dos estudos ou da profissão uma consequência do papel global que as suas origens sociais imporiam ao sujeito. Se não há dúvida de que se obser-

vam correlações estatísticas mais ou menos fortes entre origens sociais e tipo de estudos seguidos ou tipo de profissão, isso não demonstra evidentemente que as origens sociais possam ser concebidas como uma espécie de super-papel, guiando no seu conjunto os comportamentos do sujeito. O segundo e o terceiro axioma vêm completar o primeiro: os super-papéis aos quais os sujeitos devem obedecer são não-contraditórios. Deste modo, o hiperfuncionalista tentará demonstrar que a um tipo de origem social dado correspondem normas e valores convergentes nas esferas variadas de comportamento.

A principal objeção que se pode fazer a este tipo de teorias, além do seu caráter tautológico, é que elas apagam distinções evidentemente bem fundadas e introduzem assim assimilações arbitrárias que não correspondem a nenhum benefício tangível em relação ao conhecimento e à compreensão dos fenômenos estudados. Não vemos o que se ganha em considerar como tendo a mesma estrutura ações tão diferentes como a escolha dos estudos e as manifestações de fidelidade à deontologia médica.

b) Os paradigmas hiperculturalistas

Os paradigmas hiperculturalistas são uma versão reducionista dos paradigmas de tipo weberiano. Como vimos, a explicação de uma ação comporta sempre proposições de tipo *determinista*. Deste modo, se quisermos explicar a composição da cesta da Sra. Dupont, é necessário observar os seus gostos, os seus hábitos e muitos outros elementos *anteriores* à ação considerada. Mas se, *na realidade* toda a ação for dependente de elementos deste tipo, eles podem ser *pertinentes* ou *não pertinentes* do ponto de vista da análise. Isso depende naturalmente do problema levado. Se se trata de explicar a frequência dos acidentes nas estradas de três pistas ou o comportamento dos proprietários territoriais franceses no fim do Antigo Regime, é inútil recorrer a elementos anteriores à ação (excetuando-se, bem entendido, elementos triviais: os motoristas acidentados circulavam de automóvel, os proprietários *eram* proprietários territoriais antes de comprarem um ofício real). Em outros casos, o esquema explicativo compreende necessariamente a consideração de elementos anteriores à ação. Mas, nós insistimos neste ponto, estes elementos integram-se sem dificuldade numa sintaxe interacionista.

Os paradigmas *hiperculturalistas* correspondem a uma redução que faz da ação a resultante exclusiva de elementos anteriores à ação. O esquema de análise é então o seguinte: a ação presente do Sr. X é o resultado do fato de que ele, num determinado momento, interio-

c) O realismo totalitário

Vou buscar a expressão "realismo totalitário" a Piaget: "Há (...), entre os tipos de explicação sociológica, o realismo totalitário: o todo é um 'ser' que exerce as suas constrições, modifica os indivíduos (lhes impõe a sua lógica, etc.) e permanece portanto heterogêneo às consciências individuais tais quais elas seriam independentemente da sua socialização". (57)

O paradigma do "realismo totalitário" pode ser considerado como uma redução do paradigma interacionista de tipo tocqueviliano. Neste tipo de paradigma, a estrutura das preferências individuais depende, como estamos lembrados, de dados sociais que caracterizam o sistema no qual está situado o indivíduo: estes dados contribuem para fixar o quadro da ação individual na medida em que determinam a estrutura das opções abertas e o valor relativo destas opções. Lembremos a este respeito o caso do negociante francês do Antigo Regime. Em consequência de diferenças nas estruturas institucionais, este negociante acha-se confrontado com um sistema de escolha diferente do seu correspondente inglês. Naturalmente existem casos em que as diferenças no valor das opções é tal que ninguém pode hesitar sobre a opção a fazer: o capitalista não tem outra escolha senão aumentar a produtividade da sua empresa se quiser evitar ser eliminado num prazo mais ou menos curto pelos seus concorrentes. (58)

O realismo totalitário faz um paradigma geral deste caso limite em que a escolha assume a forma de uma escolha forçada imposta ao indivíduo pela "estrutura social". De acordo com este paradigma uma *ação,* um comportamento de escolha ou de decisão tem de ser considerado como o produto aparente dos fins escolhidos e como o produto *real* do determinismo exercido pelas estruturas sociais sobre as condutas individuais. Chega-se assim, no pior dos casos, às ladainhas que fazem do indivíduo um simples suporte das estruturas sociais, sendo reduzida a uma ilusão pura e simples a liberdadede de escolha que o observador "ingênuo" é levado a atribuir aos atores.

---

(56) — Ver a este respeito a crítica das tendências hiperculturalistas da sociologia francesa contemporânea que faz François Borricaud no seu artigo "Contre le sociologisme, une critique et des propositions", *Revue Française de Sociologie,* XVI, suplemento 1975, pp. 583-603. Foi de François Bourricaud que tirei a expressão hiperfuncionalismo.

(57) — Jean Piaget, *Études sociologiques,* Genebra, Droz, 1955, p.145.

(58) — Deve-se notar que o fato de as sanções não poderem ser imediatas, mas sempre serem adiadas para *um prazo mais ou menos longo,* introduz para o capitalista uma margem de liberdade que torna a noção de escolha forçada um pouco excessiva, mesmo neste caso. Por outro lado, há, para o capitalista, múltiplas maneiras de aumentar a sua produtividade.

Não há dúvida de que a vida social está semeada de situações em que as opções teoricamente possíveis são efetivamente limitadas pelo custo que as "estruturas sociais" associam a algumas delas. Mesmo se eu estiver tomado de um violento desejo de agredir o guarda que acaba de me passar uma multa, a satisfação deste desejo seria tão onerosa que provavelmente me absterei de perder a cabeça. A existência de escolhas *limitadas* e no limite *forçadas* é indissociável da existência de *instituições* sociais: das mais simples (portas ou sinais vermelhos), às mais complexas (instituições morais), têm como consequência a limitação das opções efetivamente abertas. Por outro lado, certos sistemas de interação levam a casos de figura em que a liberdade de cada um reduz as opções de todos a escolhas forçadas: qualquer que seja o seu desejo, o capitalista não pode deixar de aumentar a sua produtividade a partir do momento em que os outros o fazem.

Mas não há nenhuma razão para eliminar da sociologia o sujeito agente nem para formular a hipótese de que toda a escolha tem a realidade de uma escolha forçada. A existência de regularidades sociais não implica nem que os comportamentos individuais possam ser deduzidos de maneira mais ou menos direta das estruturas sociais, nem que eles possam ser encarados como o produto puro e simples dessas estruturas. O realismo totalitário é sem dúvida um paradigma sedutor. Permite a fabricação de teorias grandiosas. Mas, se pode ser aplicado em certos casos limite, a tentativa para lhe atribuir um alcance geral choca as evidências mais gritantes. Os fenômenos de mudança social em geral não são inteligíveis nem passíveis da pura e simples dedução. Isto resulta da complexidade dos efeitos gerados pela multiplicidade dos papéis e pela justaposição de comportamentos *não ligados*.

A contra-objeção mais séria a estas observações reside na existências de regularidades estatísticas. Mas, como vimos mais acima, é facil citar numerosos exemplos de regularidades estatísticas facilmente explicáveis a partir de modelos interacionistas. Deste modo é inútil recorrer a modelos assentes no realismo totalitário para *explicar* o aumento regular da procura de educação. Modelos individualistas de tipo marxiano fornecem, como procurei mostrar, uma explicação mais esclarecedora. (59)

Os três tipos de paradigmas deterministas que acabo de descrever estão tão espalhados que se torna difícil, sem uma parte de ar-

---

(59) — Raymond Boudon, "Les limites des schémas déterministes dans l'explication sociologique", in Giovanni Busino (red) *Les sciences sociales avec et après Jean Piaget*, Genebra, Droz, 1976, pp. 417-435.

bitrariedade, mencionar algumas das suas ilustrações. O hiperculturalismo está presente por exemplo entre os sociólogos americanos dos anos 50 que, como Hyman, se esforçam por explicar os desvios entre mobilidade social observada e mobilidade perfeita pelo efeito das subculturas de classe. O hiperfuncionalismo está representado por exemplo pelos escritos de Bourdieu: graças à maquinaria do *habitus*, as classes sociais agem, exprimem-se e reproduzem-se através dos indivíduos, simples executantes de papéis definidos pela estrutura de classes. O realismo totalitário recobre amplamente as teorias da conspiração de que fala Popper (ver por exemplo as teorias que fazem das estruturas, instituições, mudanças sociais, o produto da conspiração da classe dominante contra a classe dominada). O sucesso do sociologismo (designando deste modo o conjunto constituido pelo hiperfuncionalismo, o hiperculturalismo e o realismo totalitário) é sem duvida explicado pelas mesmas razões que explicaram o sucesso do historicismo. O *historicista* é aquele que faz questão de descobrir as leis necessárias que presidem ao devir e coloca axiomaticamente o real como *necessário*. O historiador, pelo contrário, é aquele que mostra por que se pode compreender que a *possibilidade* P_1 se tenha realizado de preferência às possibilidades P_2..... Pn. Ver, como ilustração da diferença, o notável artigo de François Furet, "Le Catéchisme de la Révolution française" *Annales*, 26, 2, março-abril de 1971, 255-289. Do mesmo modo o sociologista é aquele para quem o real é axiomaticamente colocado como necessário; é assim (em todos os casos) porque não pode ser de outra maneira; o futuro dos indivíduos e sistemas sociais está a cada instante contido no seu presente, com alguns traços estatísticos aproximados. O charme do sociologismo opera assim pelas mesmas vias que o do historicismo. Tal como ele, oferece esquemas simplistas que permitem dominar com pouca despesa a complexidade das sociedades e da sua história.

d) O determinismo metodológico

Esta última encarnação dos paradigmas deterministas é a única aceitável. Pode-se definir o determinismo metodológico como um paradigma em que são utilizadas exclusivamente proposições que obedecem à sintaxe determinista (proposições do tipo "A (anterior a B) *explica* B") sem que estas proposições sejam interpretadas como incompatíveis com uma interpretação interacionista. Para pegar um exemplo simples, imaginemos que calculei o coeficiente de regressão do nível socio-profissional sobre o nível escolar. Supondo que o coeficiente de regressão seja positivo e que o seu valor ultrapasse um dado limiar, nada me impede de declarar que "o nível escolar (anterior ao nível socio-profissional) *explica* o nível socio-profissio-

distinto das ciências sociais é indissociável da reação romântica a filosofia das luzes. A filosofia das luzes tinha desenvolvido a utopia de sociedades baseadas na razão, no contrato, no consenso, na igualdade. Depois dos abalos da Revolução Francesa, a reação romântica desenvolve a utopia inversa de uma sociedade baseada na tradição e nas diferenciações sociais, capaz de reencontrar o calor da *Gemeinschaft*. É incontestável que estes temas, que aparecem com Bonald e de Maistre, são tradicionalmente retomados pela sociologia a partir do momento em que esta se institucionaliza. Esta ligação entre a sociologia e a reação romântica à filosofia das luzes não implicava naturalmente a rejeição incondicional da imagem do *homo sociologicus* que esta tinha veiculado. Mas explica a suspeição do sociólogo em relação às imagens que fazem o *homo sociologicus* um indivíduo que se consagra à procura do seu próprio interesse.

2) A fase de institucionalização da sociologia é contemporânea do desenvolvimento espetacular das ciências da natureza, física e química. Era natural que, de maneira mais ou menos consciente, os paradigmas utilizados por estas disciplinas fossem encarados por muitos sociólogos como modelos dignos de serem imitados. Esta representação está largamente espalhada no movimento conhecido como a *estatística moral.*

3) A sociologia preocupou-se tradicionalmente com fenômenos (crime, suicídio) à primeira vista pouco acessíveis a interpretações assentando sobre a definição do *homo sociologicus* que a filosofia das luzes tinha adotado. (62)

4) Certos conceitos centrais nos quais assenta a *tradição sociológica* parecem igualmente excluir esta imagem. A partir do momento em que se insiste na noção de *tradição* na análise dos comportamentos sociais, privilegia-se, para falar a linguagem de Schütz (63), os *Weil-*

---

(62) — Citemos a esse respeito as interessantes análises de Jack Douglas *The Social Meaning of Suicide,* Princeton, Princeton University Press, 1967, e Jean Baechler,*Les suicides,* Paris, Calmann-Lévy, 1975, sobre o fenômeno do suicídio. Baechler tenta explicar o fenômeno limitando-se aos meios da psicologia racional. Embora a sua tarefa levante dificuldades,representa uma incontestável inovação. Sobre a influência da física como modelo científico, pode-se mencionar o testamento constituido pelos trabalhos de Henry Adams, que no princípio do sec. XX procura aplicar aquilo denomina a "regra das fases" à história (a duração de cada fase intelectual é a raiz quadrada da duração da fase precedente), ou a *Mecânica social* de Haret (Paris, 1910). Naturalmente a influência do paradigma físico é visível e muito menos extremo em Durkheim tal como em Quételet.

(63) — Alfred Schütz, *Collected Papers*: *II Studies in Theory*. A. Brodersen (red.), Haia, Martinus Nijhoff, 1964. Ver também Georg Henrik von Wright, *Explanation and Understanding,* Londres, Routledge & Kegan Paul, 1971.

o *produto* das estruturas sociais. Procurando eliminar a *liberdade* do sujeito, o sociólogo corre o risco de cair na armadilha dos paradigmas reducionistas.

É proverbial a dificuldade em definir a noção de liberdade de maneira satisfatória. Na análise precedente procuramos precisar o seu significado. Em primeiro lugar, devemos insistir na bipartição ideal que se pode estabelecer entre o conjunto dos comportamentos que podem ser escolhidos sem consulta ou aprovação tácita de outrem e o conjunto dos comportamentos que pressupõem um entendimento. Posso, sem consultar seja quem for, ir passear onde me apetecer, decidir (se as condições de idade e de nível forem satisfeitas) entrar ou não para a Universidade, comprar um objeto hoje em vez de amanhã. Em contrapartida, se eu for professor de química, não me posso por a ensinar geografia. Bem entendido que, se se tratasse de classificar efetivamente nas duas categorias todos os comportamentos passíveis de serem imaginados, encontraríamos dificuldades práticas. Mas a distinção é essencial. É para a tornarmos mais visível que associamos aos seus dois termos os conceitos de "estado de natureza" e de "contrato" tirado da filosofia política do séc. XVIII. Mas estes conceitos têm sinônimos modernos: um comportamento classificado na categoria "estado de natureza" pertence à esfera *privada* do indivíduo ou, como se pode dizer ainda, aos *direitos de propriedade* que lhe são garantidos (é evidente que nesta acepção a noção de propriedade é mais ampla do que a propriedade de objetos). Idealmente, a *lista* destes comportamentos define deste modo a esfera privada(os direitos de propriedade), ou, em outra linguagem, as *liberdades* do indivíduo. De acordo com o uso, as *liberdades* são com efeito os comportamentos que o indivíduo pode adotar sem consultar outrem. O sociólogo não pode excluir de seu campo de interesse os efeitos sociais destas *liberdades*. Marx como Tocqueville são suficientes para ilustrar a sua importância na análise da mudança social. A justaposição das escolhas convergentes dos negociantes e proprietários territoriais franceses do séc. XVIII é, de acordo com as brilhantes análises de *L'Ancien Régime,* responsável por fenômenos sociais variados. Reciprocamente, toda a espécie de fenômenos macrosociais, incluindo aqueles que, como a distribuição das cidades segundo a sua dimensão, dependem do estádio morfológico, podem ser o resultado de um efeito de composição devido à convergência de ações individuais incluida na esfera das liberdades.

Consideremos agora a outra classe de comportamentos, aqueles que, estando submetidos ao "contrato", estão excluidos da esfera privada. Numa outra linguagem, estes comportamentos seriam descritos como os elementos constitutivos dos "papéis" sociais. Também

estes comportamentos não podem ser reduzidos a esquemas do tipo estímulo-resposta ou causa-efeito. Por essência, um comportamento incluido num papel corresponde a sanções sociais (positivas e negativas) de tipos diversos. Mas a noção de sanção implica as de responsabilidade, espectativa e escolha. Os sinais vermelhos e a ameaça que representam para mim os guardas de trânsito *incitam-me* a parar o carro, mas não me *determinam* a fazê-lo. Por outro lado, os termos do contrato que um papel constitui só muito raramente são definidos com a precisão que caracteriza a significação dos sinais vermelhos e as taxas de multa em caso de infração às regras do trânsito. O meu "papel" de professor corresponde a um sistema de obrigações, de normas e de sanções. Mas estes elementos são extremamente complexos e alguns deles são definidos de maneira vaga. Deixam lugar a uma margem de interpretação mais ou menos ampla conforme os casos, e mesmo a contradições.

O sociólogo não pode deixar de considerar estas diferentes manifestação da *liberdade* individual. A aparição de comportamentos "desviados", de efeitos de composição, a mudança social, são, na maior parte dos casos, ininteligíveis se não nos esforçarmos por delimitar pela análise o lugar ocupado pela liberdade, nas suas diferentes manifestações.

O sociólogo também não pode *negar* a existência da liberdade do sujeito apesar das numerosas tentativas feitas nesse sentido. A vulgata sociológica pretende que os comportamentos do consumidor sejam pura e simplesmente *determinados* pela matraca publicitária. Se fosse realmente assim, como se explica, conforme observa Lindbeck (64), que os publicitários devam realizar pesquisas de motivação e que, como o mostram as estatísticas comerciais, uma proporção importante de produtos lançados com grande aparato publicitário fracassem estrondosamente. A mesma vulgata pretende que o "status socio-profissional" ou o nível escolar atingidos por um indivíduo sejam o resultado de determinismos sociais. Mas as correlações estatísticas, na maior parte das vezes fracas, que fundamentam esta interpretação não implicam de modo algum a eliminação das noções de escolha e de liberdade. O indivíduo que possui 1.000 F. e aquele que possui 10 F apenas não estão colocados na mesma situação quando se lhes propõe jogar numa loteria dotada de uma certa estrutura contra uma aposta de 10 F. É provável que, para uma dada estrutura de loteria, o primeiro manifeste menos hesitação do que o segundo. Mas a correlação entre o estado de fortuna e a aceitação da loteria,

---

(64) — Assar Lindbeck, *L'économie selon la nouvelle gauche*, Paris, Mame, 1971.

comportamentos cotidianos: aqueles que mais frequentemente interessam ao sociólogo. As constrições estruturais podem ser de uma grande complexidade. Mas em muitos casos, podemos contentar-nos com descrições simples (as classes sociais em Marx, os negros e os brancos em Merton). É irrealista supor que os indivíduos têm sempre uma representação exata das opções que lhes são oferecidas, das vantagens e inconvenientes ligados a cada uma delas. Mas podemos *muitas vezes* formular a hipótese de que *em média,* quando uma opção O_1 é preferível a uma opção O_2, esse fato será percebido. Em resumo, não se pode dizer de um paradigma que ele é verdadeiro ou falso, realista ou irrealista. Mas pode estar mais ou menos adaptado ao fenômeno que desejamos analisar.

A resposta que darei à questão da coerência dos paradigmas é finalmente a seguinte: direi, em primeiro lugar, que a pertinência de um paradigma depende de maneira decisiva do contexto da pesquisa e sobretudo da estrutura do fenômeno que procuramos estudar. Em segundo lugar, que os diversos tipos de paradigmas interacionistas distinguem-se uns dos outros, não por diferenças de sintaxe, mas por diferenças nas categorias de *dados* levadas em consideração. Em certos casos, mas não em todos, é pertinente introduzir dados relativos aos resultados dos processos de socialização; em outros casos os dados deste tipo são colocados entre parênteses e excluidos do esquema explicativo. Em alguns casos, mas não em todos, é pertinente introduzir dados relativos às sanções em que um sujeito incorre ao optar por 0_1 ou 0_2. A casa dos dados relativos às sanções pode, pelo contrário, ficar vazia sem problemas quando o fenômeno estudado leva a considerar as ações que o compõem como resultantes de um contexto de *estado de natureza*.

Em suma, os diferentes tipos de paradigmas interacionistas são gerados colocando entre parênteses, em cada caso, este ou aquele tipo de dados. Mas existe entre estes diferentes tipos uma *unidade sintáxica* que deriva da unicidade do átomo lógico que compõe estes paradigmas, a saber, a noção de ação individual, isto é, de comportamento intencional.

Em contrapartida, paradigmas deterministas e interacionistas distinguem-se de maneira radical pela sua sintaxe, pois no primeiro caso, as únicas proposições admitidas têm a forma "A (anterior a B) explica (nas diferentes acepções da palavra explicar) B".

Universidade de Paris V

Tradução de Maria Beatriz Nizza da Silva